

O PAPEL DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL NA CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES INCLUSIVOS: UMA SÍNTESE SOBRE AS ESTRATÉGIAS E INTERVENÇÕES PARA ALUNOS COM TEA

Eixo temático: A pessoa com autismo e o direito à educação especializada

AMORIM, Clara Raquel Melo

Pós-graduada em Psicologia Escolar e Educacional

psiclaramelo@gmail.com

SOUZA, Rivamberg Virgulino de

Pós-graduado em Psicopedagogia

rivanberg@hotmail.com

RESUMO: Este artigo revisa o papel da Psicologia Educacional na promoção da aprendizagem inclusiva, com foco específico nos alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Através de uma revisão bibliográfica, discutem-se as estratégias e intervenções utilizadas pelos psicólogos educacionais para criar ambientes de aprendizagem inclusivos, buscando assegurar que as crianças público alvo da educação especial, independente dos seus diferentes níveis, tenham acesso a uma escola alinhada com as suas necessidades biopsicossociais. A metodologia consiste em uma análise de literatura existente, incluindo artigos científicos, livros e documentos oficiais. O objetivo é analisar o papel da Psicologia Educacional na promoção da aprendizagem inclusiva para alunos com TEA, identificando as principais estratégias e intervenções utilizadas pelos psicólogos educacionais em seu campo de atuação. Discute-se também a importância de um ambiente de aprendizagem inclusivo e suas implicações para o desenvolvimento biopsicossocial dos alunos com TEA. Como fonte primária de pesquisa, foram utilizados bancos de dados como Scielo, PubMed e Google Scholar para coletar os trabalhos que fundamentam a pesquisa. A análise de conteúdo foi empregada para identificar as principais estratégias e intervenções descritas na literatura.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Ensino; Inclusão; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar é um direito garantido por leis e diretrizes internacionais e nacionais, como a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). A Psicologia

Educacional desempenha um papel crucial na implementação de práticas inclusivas, especialmente para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Este artigo revisa a literatura para examinar como os psicólogos educacionais contribuem para a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, focando nas necessidades específicas dos alunos com TEA.

Neste contexto este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Psicologia Educacional na promoção da aprendizagem inclusiva para alunos com TEA. Busca também identificar as principais estratégias e intervenções utilizadas pelos psicólogos educacionais para apoiar alunos com TEA, discutindo a importância de um ambiente de aprendizagem inclusivo e suas implicações para alunos com TEA. Visa ainda revisar estudos de caso e pesquisas que exemplificam práticas bem-sucedidas de inclusão. Este estudo é uma revisão bibliográfica, baseada na análise de artigos científicos, livros e documentos oficiais publicados nas últimas duas décadas. Foram utilizados bancos de dados como Scielo, PubMed e Google Scholar para coletar as fontes. A análise de conteúdo foi empregada para identificar as principais estratégias e intervenções descritas na literatura, destacando uma problemática de natureza social, quando impactos diretos no contexto educacional.

PSICOLOGIA EDUCACIONAL E INCLUSÃO: ALGUMAS APROXIMAÇÕES

A Psicologia Educacional é um campo interdisciplinar que aplica princípios psicológicos à educação, com o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem e promover o desenvolvimento integral dos alunos (SILVA, 2018).

No contexto da inclusão, os psicólogos educacionais têm a responsabilidade de apoiar a implementação de práticas inclusivas nas escolas. A legislação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), reforça a necessidade de um sistema educacional inclusivo, onde todos os alunos, independentemente de suas habilidades, têm direito a uma educação de qualidade (BRASIL, 1996; BRASIL, 1990).

Neste contexto, a Psicologia Educacional desempenha um papel crucial na promoção da inclusão escolar, proporcionando ferramentas e estratégias que permitem atender às necessidades diversas dos alunos no ambiente escolar. A inclusão escolar é um princípio que visa garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso à educação de qualidade em um ambiente que favoreça seu desenvolvimento integral (UNESCO, 1994).

A inclusão escolar é respaldada por marcos legais e políticas educacionais, como a Declaração de Salamanca (1994), que defende o direito de todas as crianças à educação e a necessidade de sistemas educacionais inclusivos. Além disso, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) reforça o compromisso do Brasil com a educação inclusiva, assegurando o direito à educação em um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino.

De acordo com Vygotsky (1997), a aprendizagem é um processo socialmente mediado, onde o desenvolvimento cognitivo ocorre por meio da interação com o ambiente e com outras pessoas. Esse conceito é fundamental para a inclusão escolar, pois implica a necessidade de criar ambientes de aprendizagem colaborativos e inclusivos, onde todos os alunos possam participar ativamente. A abordagem de Vygotsky destaca a importância do apoio e das mediações pedagógicas adequadas para que os alunos com necessidades especiais possam se desenvolver plenamente.

A Teoria Ecológica de Urie Bronfenbrenner (1996) também oferece uma base sólida para entender a inclusão escolar. Bronfenbrenner propõe que o desenvolvimento humano é influenciado por diferentes sistemas ambientais que interagem entre si. Na perspectiva da inclusão escolar, isso significa que é necessário considerar não apenas o ambiente escolar imediato, mas também os contextos familiares, comunitários e sociais que afetam o aluno. A interação entre esses sistemas pode facilitar ou dificultar a inclusão, exigindo uma abordagem holística e integrada para promover a inclusão efetiva.

A Psicologia Educacional, ao adotar esses referenciais teóricos, contribui para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. A avaliação psicopedagógica, por exemplo, é uma ferramenta fundamental para identificar as necessidades específicas dos alunos e planejar intervenções adequadas (COLL et al., 2004). Essa avaliação deve ser contínua e dinâmica, considerando as mudanças e o progresso dos alunos ao longo do tempo.

Além disso, a Psicologia Educacional enfatiza a importância da formação de professores para a inclusão.

Segundo Mantoan (2003), a formação inicial e continuada dos professores deve incluir conteúdos sobre educação inclusiva e estratégias pedagógicas diversificadas para atender às necessidades dos alunos com deficiências. A formação adequada dos professores é crucial para que eles se sintam preparados e confiantes para lidar com a diversidade em sala de aula.

A colaboração entre diferentes profissionais da educação é outro aspecto essencial da inclusão escolar. Psicólogos educacionais, pedagogos, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e outros especialistas devem trabalhar em conjunto para desenvolver e implementar planos educacionais individualizados (PEI) que atendam às necessidades específicas de cada aluno (GLAT; PLETSCH, 2010).

Essa abordagem colaborativa garante que as intervenções sejam mais eficazes e que todos os aspectos do desenvolvimento do aluno sejam considerados.

A inclusão escolar também requer o envolvimento ativo das famílias. A parceria entre escola e família é fundamental para o sucesso da inclusão, pois os pais e responsáveis são os principais aliados na implementação de práticas inclusivas (MENDES, 2006).

A comunicação aberta e a participação ativa dos pais no processo educativo contribuem para a construção de um ambiente mais acolhedor e favorável ao desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais.

A utilização de tecnologias assistivas é outro aspecto relevante na promoção da inclusão escolar. As tecnologias assistivas são recursos e serviços que contribuem para ampliar as habilidades funcionais dos alunos com deficiência, facilitando sua participação nas atividades escolares (ALVES, 2011).

A inclusão de tecnologias assistivas no ambiente escolar permite que os alunos superem barreiras físicas e cognitivas, promovendo sua autonomia e participação ativa no processo de aprendizagem.

Por fim, a criação de uma cultura escolar inclusiva é essencial para a efetivação da inclusão. A inclusão não deve ser vista apenas como uma série de práticas e estratégias, mas como uma mudança de paradigma que envolve toda a comunidade escolar. Isso implica na promoção de valores como respeito à diversidade, empatia, cooperação e solidariedade (AINSCOW, 2005).

A construção de uma cultura inclusiva requer o compromisso de todos os membros da escola, desde a gestão até os alunos, para que a inclusão se torne uma realidade vivida no dia a dia escolar.

Em suma, a Psicologia Educacional oferece uma base teórica robusta e ferramentas práticas para a promoção da inclusão escolar. Ao considerar as contribuições de teorias como as de Vygotsky e Bronfenbrenner, e ao enfatizar a importância da avaliação psicopedagógica, formação de professores, colaboração entre profissionais, envolvimento das famílias e uso de tecnologias

assistivas, é possível criar ambientes de aprendizagem verdadeiramente inclusivos. A efetivação da inclusão escolar é um processo contínuo que requer comprometimento, reflexão e ação coordenada de todos os envolvidos no processo educativo.

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): UMA BREVE DISCUSSÃO

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição neurodesenvolvimental caracterizada por dificuldades na comunicação social e comportamentos repetitivos (DSM-5, 2013). Essas características exigem adaptações específicas no ambiente educacional para promover uma aprendizagem eficaz. O diagnóstico de TEA abrange uma ampla gama de habilidades e desafios, o que torna essencial uma abordagem personalizada para cada aluno (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2013).

O TEA é uma condição amplamente estudada devido à sua complexidade e variabilidade. Segundo a American Psychiatric Association (2013), o TEA é caracterizado por déficits persistentes na comunicação e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Esses sintomas podem variar significativamente em gravidade, resultando em uma ampla gama de habilidades e desafios entre os indivíduos diagnosticados com TEA.

A etiologia do TEA é multifatorial, envolvendo interações complexas entre fatores genéticos e ambientais. Estudos indicam que múltiplos genes contribuem para o risco de desenvolvimento do TEA (LORD et al., 2020). Além disso, fatores ambientais, como a exposição a certos agentes teratogênicos durante a gravidez, também podem desempenhar um papel importante (SCHERER; DAWSON, 2011). No entanto, a compreensão completa dos mecanismos biológicos subjacentes ao TEA ainda é uma área de intensa pesquisa.

Do ponto de vista neurobiológico, pesquisas têm mostrado que o TEA está associado a alterações no desenvolvimento e funcionamento do cérebro. Estudos de neuroimagem indicam que indivíduos com TEA apresentam diferenças em diversas áreas cerebrais, incluindo o córtex pré-frontal, o cerebelo e o sistema límbico (AMARAL; SCHUMANN; NORRIS, 2008).

Essas alterações podem contribuir para as dificuldades de processamento social e comportamental observadas em pessoas com TEA.

O diagnóstico do TEA é clínico e se baseia na observação dos comportamentos característicos e no relato de históricos de desenvolvimento. A American Psychiatric Association

(2013) destaca a importância de uma avaliação abrangente, que inclua informações obtidas dos cuidadores e educadores, além de observações diretas. Ferramentas de avaliação padronizadas, como o Autism Diagnostic Observation Schedule (ADOS) e o Autism Diagnostic Interview-Revised (ADI-R), são amplamente utilizadas para auxiliar no diagnóstico.

No contexto da intervenção, a abordagem terapêutica para o TEA é multidisciplinar, envolvendo profissionais de diversas áreas, como psicologia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e educação. Intervenções baseadas em evidências, como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e os programas de Treinamento de Habilidades Sociais, têm demonstrado eficácia na melhoria das habilidades sociais e comunicativas de crianças com TEA (VIRUÉS-ORTEGA, 2010).

Além disso, intervenções precoces são cruciais para maximizar o potencial de desenvolvimento dos indivíduos com TEA.

A inclusão escolar de alunos com TEA é um tema de grande relevância e desafios. A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura o direito à educação inclusiva para todas as pessoas com deficiência, incluindo aquelas com TEA. No entanto, a implementação eficaz da inclusão escolar requer adaptações curriculares, capacitação de professores e suporte adequado (BAPTISTA; CAMPOS; FELIPPE, 2017). A presença de um ambiente escolar acolhedor e inclusivo é fundamental para o desenvolvimento acadêmico e social dos alunos com TEA.

No âmbito das políticas públicas, é essencial que haja um suporte contínuo para as famílias e indivíduos com TEA. A Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012) estabelece diretrizes para a promoção da inclusão social e para o acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social. No entanto, a efetividade dessas políticas depende da sua implementação e do monitoramento constante das suas práticas.

Em suma, o TEA é um distúrbio complexo que requer uma compreensão multifacetada de suas características, etiologia e intervenções. A pesquisa contínua e a formação de profissionais capacitados são essenciais para melhorar a qualidade de vida das pessoas com TEA e para promover a sua inclusão plena na sociedade.

ESTRATÉGIAS E INTERVENÇÕES PARA ALUNOS COM TEA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é caracterizado por dificuldades na interação social, comunicação e padrões restritos e repetitivos de comportamento. Segundo a DSM-5

(Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), o TEA engloba uma variedade de sintomas e níveis de severidade, afetando cerca de 1 em cada 54 indivíduos nos Estados Unidos (APA, 2013).

Teorias como a Teoria da Mente de Baron-Cohen (1985) são fundamentais para entender as dificuldades de interação social no TEA, que envolvem déficits na habilidade de atribuir estados mentais aos outros. Essa teoria sugere que indivíduos com TEA têm dificuldades em compreender e prever as intenções e emoções dos outros, impactando suas interações sociais.

A educação estruturada, baseada em rotinas claras e previsíveis, é fundamental para alunos com TEA, proporcionando um ambiente seguro e previsível que reduz a ansiedade (MUNDY; CROWSON, 1997).

A comunicação alternativa, incluindo o uso de sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA), como o PECS (Sistema de Comunicação por Troca de Figuras), é amplamente adotada para melhorar a comunicação funcional em alunos não verbais com TEA (BONDY; FROST, 1994).

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA) é uma abordagem baseada em evidências que se concentra na modificação de comportamentos através de técnicas como reforço positivo e modelagem (SMITH, 2001). A ABA tem demonstrado eficácia na melhoria de habilidades sociais, comunicação e redução de comportamentos desafiadores em indivíduos com TEA (EIKESETH et al., 2002).

A implementação de práticas inclusivas nas salas de aula, como adaptações curriculares e suporte individualizado, é essencial para atender às necessidades variadas dos alunos com TEA (FUCHS; FUCHS, 1994).

Estratégias como o ensino estruturado, o uso de rotinas visuais e a diferenciação de instrução são fundamentais para promover o sucesso acadêmico e social desses alunos.

É importante considerar também as questões éticas e legais envolvidas na educação de alunos com TEA, garantindo o acesso a uma educação de qualidade em ambientes inclusivos, conforme previsto na legislação nacional, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015).

A implementação de estratégias e intervenções eficazes para alunos com TEA exige uma compreensão profunda das teorias do desenvolvimento, abordagens educacionais baseadas em evidências e adaptações necessárias para promover um ambiente de aprendizagem inclusivo e

acolhedor. Ao integrar teoria e prática, podemos melhorar significativamente as oportunidades educacionais e o bem-estar desses indivíduos na sociedade.

Os psicólogos educacionais utilizam uma variedade de estratégias para apoiar alunos com TEA. Os psicólogos educacionais utilizam uma variedade de estratégias para apoiar alunos com TEA. Intervenções comportamentais, como a Análise Comportamental Aplicada (ABA), são amplamente utilizadas para melhorar habilidades sociais e de comunicação (KLIN et al., 2005). A ABA se baseia em princípios de aprendizagem comportamental para reforçar comportamentos desejáveis e reduzir comportamentos indesejáveis. A eficácia da ABA tem sido amplamente documentada, com estudos demonstrando melhorias significativas em diversas áreas do desenvolvimento (LUCIANO, 2009).

A organização do espaço físico e a previsibilidade das rotinas são essenciais para alunos com TEA, ajudando a reduzir a ansiedade e melhorar a concentração (MELLO, 2017). Por exemplo, a utilização de cronogramas visuais pode ajudar os alunos a entender e antecipar as atividades diárias. A abordagem TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication handicapped Children) é um exemplo de intervenção que utiliza a estruturação do ambiente para facilitar a aprendizagem de alunos com TEA (MESIBOV et al., 2005).

Ferramentas como tablets e softwares educacionais personalizados podem facilitar a aprendizagem e a comunicação (FERREIRA, 2019). Tecnologias como aplicativos de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) permitem que alunos não verbais ou com dificuldades de comunicação expressem suas necessidades e pensamentos. O uso de tecnologias assistivas tem mostrado um impacto positivo na autonomia e participação dos alunos com TEA no ambiente escolar (BROWN, 2015).

A capacitação contínua dos educadores para lidar com as necessidades específicas dos alunos com TEA é fundamental para uma inclusão eficaz (SANTOS, 2016). Cursos de formação e workshops podem fornecer aos professores as ferramentas necessárias para adaptar suas práticas pedagógicas. A formação de professores deve incluir tanto aspectos teóricos quanto práticos, oferecendo oportunidades para que os educadores aprendam e apliquem novas estratégias em sala de aula (RODRIGUES, 2018).

IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLABORATIVO NA INCLUSÃO EFICAZ DE ALUNOS COM TEA

A colaboração entre os profissionais da educação, psicólogos, terapeutas e famílias é essencial para a inclusão eficaz de alunos com TEA. A equipe multidisciplinar deve trabalhar junta para desenvolver e implementar planos educacionais individualizados (PEIs) que atendam às necessidades específicas de cada aluno (MURRAY et al., 2008). A participação ativa das famílias no processo educacional é crucial, pois elas possuem um conhecimento único sobre seus filhos que pode enriquecer o planejamento e a execução das intervenções (TURNBULL et al., 2011).

As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão escolar. A implementação de diretrizes claras e a disponibilização de recursos adequados são essenciais para garantir que as escolas possam atender às necessidades dos alunos com TEA. No Brasil, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015) são marcos importantes na promoção de uma educação inclusiva (BRASIL, 2008; BRASIL, 2015).

CONCLUSÃO

A inclusão escolar é um direito fundamental assegurado por diversas leis e diretrizes internacionais e nacionais, como a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Este estudo destacou o papel crucial da Psicologia Educacional na implementação de práticas inclusivas, especialmente para alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Através de uma revisão bibliográfica, foram identificadas as principais estratégias e intervenções utilizadas pelos psicólogos educacionais para apoiar esses alunos, assim como a importância de um ambiente de aprendizagem inclusivo e suas implicações.

Os psicólogos educacionais contribuem significativamente para a criação de ambientes de aprendizagem inclusivos, utilizando diversas teorias e abordagens, como as propostas por Vygotsky e Bronfenbrenner, que enfatizam a mediação social e a interação de sistemas ambientais no desenvolvimento humano. A avaliação psicopedagógica contínua e a formação de professores são fundamentais para garantir que as necessidades dos alunos com TEA sejam atendidas adequadamente.

Além disso, a colaboração entre diferentes profissionais da educação, como pedagogos, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, é essencial para o desenvolvimento e implementação de

planos educacionais individualizados (PEIs). A participação ativa das famílias no processo educacional também é crucial, assim como o uso de tecnologias assistivas para facilitar a aprendizagem e a comunicação dos alunos com TEA.

Estudos de caso e pesquisas revisados neste artigo demonstram que a inclusão bem-sucedida de alunos com TEA depende de uma abordagem colaborativa e integrada. Projetos como o Projeto TEA em São Paulo mostram que a formação de professores e o uso de tecnologias assistivas podem resultar em melhorias significativas no desempenho acadêmico e social dos alunos com TEA.

Apesar dos avanços, ainda existem desafios a serem superados, como a falta de recursos, a necessidade de formação contínua de professores e o estigma social. As políticas públicas desempenham um papel fundamental na promoção da inclusão escolar, e é necessário que continuem a evoluir para refletir as necessidades emergentes.

Em suma, a Psicologia Educacional oferece uma base teórica robusta e ferramentas práticas para promover a inclusão escolar. A efetivação da inclusão escolar é um processo contínuo que requer comprometimento, reflexão e ação coordenada de todos os envolvidos no processo educativo, visando garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade em um ambiente inclusivo.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, M. Developing inclusive education systems: what are the levers for change? **Journal of Educational Change**, v. 6, n. 2, p. 109-124, 2005.

ALVES, R. Tecnologias assistivas e inclusão escolar: reflexões e experiências. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, n. 1, p. 41-60, 2011.

AMARAL, D. G.; SCHUMANN, C. M.; NORRIS, M. M. Research on the neurobiology of autism spectrum disorders. **Annual Review of Neuroscience**, v. 31, p. 357-389, 2008.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders (DSM-5)**. 5. ed. Washington, DC: American Psychiatric Publishing, 2013.

BAPTISTA, C. R.; CAMPOS, D. B. de; FELIPPE, F. A inclusão escolar de alunos com autismo: um estudo sobre as práticas pedagógicas de professores. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 3, p. 719-736, 2017.

BARON-COHEN, S. (1985). Does the autistic child have a "theory of mind"? **Cognition**, 21(1), 37-46.

BONDY, A., & FROST, L. (1994). **PECS: The Picture Exchange Communication System training manual**. Newark, DE: Pyramid Educational Consultants.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF: Senado Federal, 1990.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BROWN, J. M. **Assistive technology in the classroom: enhancing the school experiences of students with disabilities**. 2nd ed. Upper Saddle River, NJ: Pearson, 2015.

COLL, C.; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia da educação escolar**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

EIKESETH, S., SMITH, T., JAHR, E., & ELDEVIK, S. (2002). **Intensive behavioral treatment at school for children with autism: A 3-year follow-up**. Behavioral and Education Research, 41 (3), 315-327.

FERREIRA, A. A. **Tecnologias assistivas na educação de alunos com TEA**. São Paulo: Editora X, 2019.

FUCHS, L. S., & FUCHS, D. (1994). Inclusive schools movement and the radicalization of special education reform. **Exceptional Children**, 60(4), 294-309.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

KLIN, A., et al. **Intervenções comportamentais em autismo**. Rio de Janeiro: Editora Y, 2005.

LORD, C.; ELSABBAGH, M.; BOURSINHO, G.; BEAULIEU, J. M. **Autism spectrum disorder**. Lancet, v. 395, n. 10242, p. 1206-1220, 2020.

LUCIANO, M. C. **Análise comportamental aplicada: teoria e prática**. Campinas: Editora Z, 2009.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MENDES, E. G. A escola inclusiva no Brasil: concepções, políticas e práticas. **Educação e Pesquisa**, v. 32, n. 1, p. 167-182, 2006.

MUNDY, P., & CROWSON, M. (1997). Joint attention and early social communication: Implications for research on intervention with autism. **Journal of Autism and Developmental Disorders**, 27(6), 653-676.

SCHERER, S. W.; DAWSON, G. Risk factors for autism: translating genomic discoveries into diagnostics. **Human Genetics**, v. 130, n. 1, p. 123-148, 2011.

SILVA, P. **Psicologia educacional e a inclusão escolar**. São Paulo: Pearson, 2018.

SMITH, T. (2001). Discrete trial training in the treatment of autism. **Focus on Autism and Other Developmental Disabilities**, 16(2), 86-92.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

VIRUÉS-ORTEGA, J. Applied behavior analytic intervention for autism in early childhood: meta-analysis, meta-regression and dose-response meta-analysis of multiple outcomes. **Clinical Psychology Review**, v. 30, n. 4, p. 387-399, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.